



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Boletim de
TRABALHO
DO RIO GRANDE DO SUL



V. 3 N. 2



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 3, N. 2, julho 2021

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 3	n. 2	p. 1-23	jul. 2021
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

R. Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre - RS - 90010-281

Fone: (51) 3216-9000

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Fernando Ioannides Lopes da Cruz e Rodrigo Daniel Feix

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Normalização Bibliográfica: Kátia Midori Hiwatashi

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 ASPECTOS BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021	6
2 EVOLUÇÃO DA SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL	10
3 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL DE JANEIRO A MAIO DE 2021 E EM 12 MESES	14
3.1 O COMPORTAMENTO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO	16
3.2 A VARIAÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO ATRIBUTOS SELECIONADOS DOS TRABALHADORES	18
3.3 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS	19
REFERÊNCIAS	22

SUMÁRIO EXECUTIVO

A seção 1 do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** delinea os aspectos básicos do desempenho do mercado de trabalho do Estado no 1.º trim./2021, utilizando como fonte empírica os dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de participação na força de trabalho (TPFT) no RS foi de 58,3% no 1.º trim./2021, contra 58,6% no trimestre imediatamente anterior, configurando uma situação de estabilidade. Nessa referência comparativa, a força de trabalho estadual também se manteve estável. Ao se cotejar o 1.º trim./2021 com o mesmo trimestre de 2020, a TPFT evidenciou uma redução expressiva (-5,3 pontos percentuais), o que representou menos 365 mil pessoas na força de trabalho.

No que diz respeito ao nível de ocupação (NO), este foi, no RS, de 52,9% no 1.º trim./2021 e de 53,7% no trimestre imediatamente anterior, o que representou uma situação de estabilidade do indicador, considerando o intervalo de confiança de 95,0%. O contingente de ocupados no Estado, nessa referência comparativa, também se mostrou estável. Já na comparação interanual — primeiro trimestre de 2021 contra o mesmo trimestre de 2020 —, o NO evidenciou uma queda de 5,4 pontos percentuais, o que trouxe consigo a redução de 386 mil ocupados.

Quanto à procura de trabalho, a taxa de desocupação no RS foi de 9,2% no 1.º trim./2021, enquanto havia sido de 8,4% no trimestre imediatamente anterior, configurando uma situação de estabilidade do indicador, assim como do contingente de pessoas desocupadas (526 mil). A comparação interanual desses dois indicadores — taxa e contingente — também evidenciou uma situação de estabilidade para ambos.

No 1.º trim./2021, o rendimento médio real habitual (R\$ 2.796) e a massa de rendimento real habitual ficaram estáveis no RS, seja na comparação com o trimestre imediatamente anterior, seja na comparação com o mesmo trimestre de 2020.

A seção 2 do Boletim apresenta a evolução dos indicadores de subutilização da força de trabalho (SFT) no Rio Grande do Sul, no período do 1.º trim./2012 ao 1.º trim./2021, os quais são elaborados pelo IBGE com os dados da PNAD Contínua. Esses indicadores de SFT fazem parte de uma resolução da 19.ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), de 2013,

da Organização Internacional do Trabalho. O seu propósito é o de contribuir para medir e conhecer, de uma forma mais ampla, a SFT em diferentes circunstâncias econômicas.

A CIET estabeleceu três medidas de SFT, sendo a primeira delas já consagrada na produção de estatísticas do trabalho: (a) a desocupação; (b) a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas; e (c) a força de trabalho potencial. De maneira breve, a desocupação diz respeito às pessoas não ocupadas que exercem busca ativa por um posto de trabalho; a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas manifesta-se quando o tempo de trabalho das pessoas ocupadas é insuficiente em relação a situações ocupacionais alternativas por elas desejadas; e a força de trabalho potencial corresponde às pessoas não ocupadas cujas circunstâncias — por exemplo, ocasionadas pelo desalento — limitam a sua busca ativa e/ou a sua disponibilidade para trabalhar.

Com base nessas três medidas de SFT, a CIET elaborou quatro indicadores, os quais foram adotados pela PNAD Contínua. O indicador SFT1 — taxa de desocupação — está consagrado na produção de estatísticas do trabalho. A novidade encontra-se nos indicadores SFT2, SFT3 e SFT4 — taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e da desocupação, taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial e taxa composta da subutilização da força de trabalho respectivamente —, que permitem ampliar a medição e o conhecimento sobre a SFT.

Para o período sob análise como um todo, é possível ter uma noção de quão distintas são as magnitudes médias dos indicadores de SFT no RS. A diferença das médias de SFT1 e SFT4 é de 7,5 pontos percentuais, revelando uma SFT muito maior do que aquela circunscrita à desocupação. Em uma situação intermediária, as médias de SFT2 e SFT3 mostram-se 4,6 e 3,1 pontos percentuais superiores à de SFT1.

Buscando-se fazer um **sumário** da situação da subutilização da força de trabalho no Estado, no período que se estende do 1.º trim./2012 ao 1.º trim./2021, foram identificados os níveis mínimos e os máximos dos seus quatro indicadores. Os indicadores SFT2, SFT3 e SFT4 convergiram para o 4.º trim./2014 como sendo aquele no qual a SFT era relativamente menos grave, uma vez que nele ocorreu o menor nível das suas respectivas séries temporais. Quanto à situação mais adversa da SFT, houve uma completa convergência no RS: os maiores níveis das séries temporais dos quatro

indicadores ocorreram no 3.º trim./2020, durante a pandemia de Covid-19. Utilizando-se SFT4 como referência empírica, naquele último trimestre havia 1,26 milhão de pessoas em idade ativa subutilizadas no RS, contra 619 mil no 4.º trim./2014.

A terceira seção do Boletim detém-se no comportamento do emprego formal no Estado, e, a título de comparação, no País e nas demais unidades da Federação (UFs), e contempla tanto os resultados acumulados nos cinco primeiros meses de 2021 quanto nos 12 meses encerrados em maio último. A fonte de dados é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério da Economia, série estatística que se iniciou em janeiro de 2020, não tem comparabilidade com o Caged original e tem sido questionada por alguns analistas.

De janeiro a maio, 25 das 27 UFs apresentaram expansão do emprego formal. O Brasil atingiu variação de 3,13%; o RS, de 3,25%. Ainda que com resultado superior ao do agregado nacional, o crescimento relativo do Estado ficou na 12.ª posição. Quando se consideram os 12 meses, os percentuais são muito mais expressivos: o País atingiu crescimento de 6,80%; o RS, desta vez na 22.ª colocação entre as UFs, marcou expansão de 6,21%.

O melhor resultado setorial, no Estado, nos dois recortes temporais, foi o da indústria, responsável por 49,7% dos 82.134 vínculos formais gerados nos cinco primeiros meses do ano e por 42,9% dos 152.441 empregos acrescidos nos 12 meses. O crescimento do contingente empregado no setor foi de 6,3% e de 10,4% respectivamente. Os serviços, por sua vez, que detêm a maior parcela dos trabalhadores formais do Estado, apresentaram crescimento inferior ao do total dos setores, tanto no acumulado de 2021 (2,4% *versus* 3,3%) quanto, especialmente, nos 12 meses considerados (3,3% *versus* 6,2%) — uma vez que 2020 concentrou o mais elevado impacto da eclosão da pandemia de Covid-19, especialmente prejudicial às atividades terciárias, e a retomada é compreensivelmente mais lenta e cautelosa.

Em uma abertura setorial mais desagregada, acompanhando-se as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), identificam-se, com os melhores desempenhos, em números de empregos adicionais, nos 12 meses: o comércio varejista; atividades de atenção à saúde humana; fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; e comércio

atacadista. As maiores retrações ocorreram em: educação, serviços de alimentação e transporte terrestre.

O crescimento do número de vínculos formais de trabalho no Estado beneficiou em maior proporção — tomando-se como referência o peso que esses segmentos apresentam na estrutura do emprego formal — os homens, ainda que de forma não muito acentuada; os indivíduos com escolaridade correspondente ao ensino médio completo (em detrimento tanto dos menos escolarizados quanto dos detentores de ensino superior, completo ou incompleto); e, muito intensamente, as faixas etárias mais jovens. Trabalhadores com até 29 anos de idade concentraram nada menos do que 89,1% das contratações adicionais.

No acumulado de 12 meses, todas as Regiões Funcionais do Estado apresentaram taxas significativas de expansão dos seus mercados formais de trabalho. A região com menor crescimento, a RF6 (Fronteira Oeste e Campanha), atingiu uma variação de 3,9%, ao passo que aquela que liderou esse ordenamento, a RF4 (o Litoral Norte), alcançou um percentual quase três vezes superior, de 11,0%. Nesse nível da regionalização, reencontra-se o mesmo fenômeno que se reconhece no agregado do Rio Grande do Sul, a variação nos 12 meses parte de uma base bastante atípica, já que as mais drásticas retrações do emprego, em 2020, ocorreram em abril e maio, e se toma, aqui, o intervalo iniciado em junho do ano passado.

1 ASPECTOS BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

Esta seção delinea os aspectos básicos do desempenho do mercado de trabalho do RS no 1.º trim./2021, utilizando como fonte empírica os dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como referência comparativa para o desempenho do RS, são também apresentados os indicadores médios do mercado de trabalho do País.

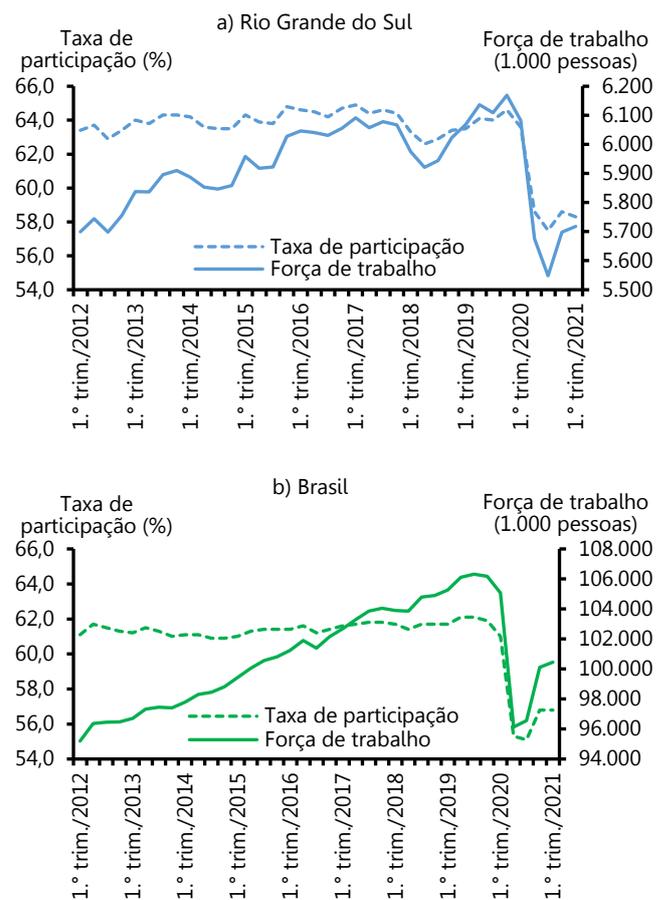
É importante ter presente, em termos retrospectivos, que a *performance* do mercado de trabalho tanto do Estado quanto do País, em 2020, foi caracterizada por uma intensa deterioração até o terceiro trimestre, devido à pandemia de Covid-19 e à recessão econômica por ela provocada, e, no caso específico do RS, pela ocorrência de um evento climático adverso, a forte estiagem verificada em 2020 (BOLETIM DE CONJUNTURA..., 2021). A recuperação parcial de alguns indicadores do mercado de trabalho no último trimestre de 2020, em relação ao trimestre imediatamente anterior, foi claramente insuficiente para eliminar as perdas até então ocorridas. Essa afirmação pode ser demonstrada pelo fato de, por exemplo, ao se cotejar o quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre de 2019, o contingente de ocupados registrar retração de 8,8% no Estado e de 8,9% no País.

A conjuntura que informa o desempenho do mercado de trabalho tanto no País quanto no RS, no início de 2021, foi de continuidade do processo de recuperação da atividade econômica, o qual se está verificando desde o terceiro trimestre do ano anterior (IBGE, 2021a; RIO GRANDE DO SUL, 2021). O Produto Interno Bruto (PIB) do País registrou crescimento de 1,2% no 1.º trim./2021, frente ao trimestre imediatamente anterior (série com ajuste sazonal), e o do RS, de 4,0%. Quando cotejado com o 1.º trim./2020, o PIB teve variação positiva de 1,0% no âmbito nacional e, no Estado, de 5,5%. Com esses desempenhos, o PIB do País e o do RS, no 1.º trim./2021, retornaram ao seu nível imediatamente anterior à recessão econômica de 2020.

Dando início a apresentação dos indicadores do mercado de trabalho pela ótica da oferta de trabalho,

no 1.º trim./2021, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)¹, no RS, foi de 58,3%, contra 58,6% no trimestre imediatamente anterior, configurando uma situação de estabilidade (**Gráfico 1.a**). Nessa referência comparativa, a força de trabalho estadual também se manteve estável. Ao se cotejar o 1.º trim./2021 com o mesmo trimestre de 2020, a TPFT evidencia uma redução expressiva (-5,3 pontos percentuais), o que representou menos 365 mil pessoas na força de trabalho do RS. No plano nacional, a TPFT ficou estável no 1.º trim./2021, em relação ao 4.º trim./2020 (56,8%), assim como o contingente de pessoas na força de trabalho (**Gráfico 1.b**). Ao se comparar o 1.º trim./2021 com o mesmo trimestre de 2020, a TPFT no País teve uma queda de 4,2 pontos percentuais — menos intensa, portanto, do que a que ocorreu no RS —, apreendendo a redução de 4,6 milhões de pessoas da força de trabalho.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho e força de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



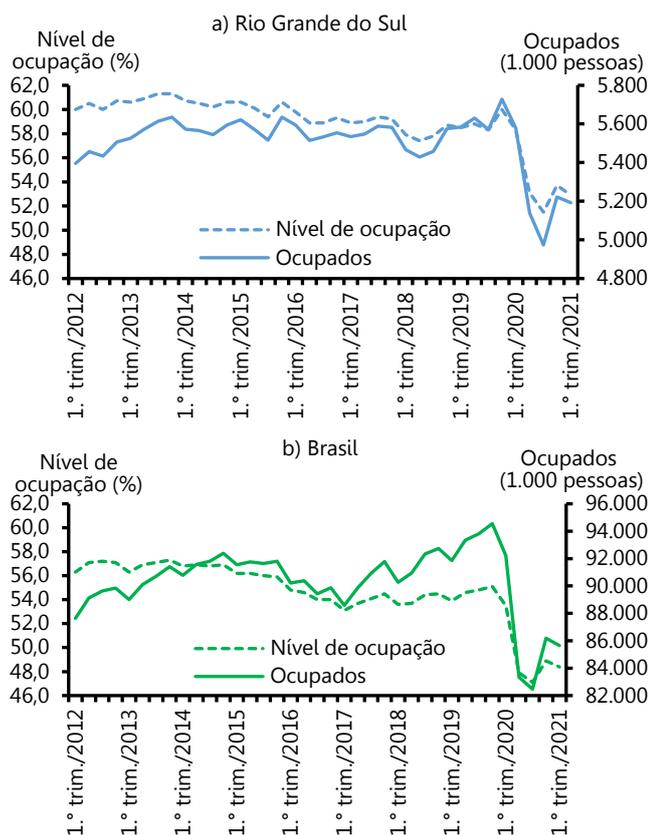
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

¹ A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela população em idade de trabalhar, que

corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade, e é expressa em termos percentuais.

No que diz respeito ao nível de ocupação (NO)², este foi, no RS, de 52,9% no 1.º trim./2021 e de 53,7% no trimestre imediatamente anterior, o que representou uma situação de estabilidade do indicador (**Gráfico 2.a**)³. Nessa referência comparativa, o contingente de ocupados no Estado também se mostrou estável. Já na comparação interanual — 1.º trim./2021 contra o mesmo trimestre de 2020 —, o NO do RS evidenciou uma queda de 5,4 pontos percentuais, o que trouxe consigo a redução de 386 mil ocupados. No País, o NO registrou retração em ambas as referências comparativas (**Gráfico 2.b**). Ao se cotejar esse indicador no 1.º trim./2021 com o mesmo trimestre do ano anterior, a sua redução foi de 5,1 pontos percentuais, ou seja, menos intensa do que a do Estado; ainda nessa referência comparativa, ocorreu uma diminuição de cerca de 6,6 milhões de ocupados no País.

Gráfico 2 - Nível de ocupação e contingente de ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021

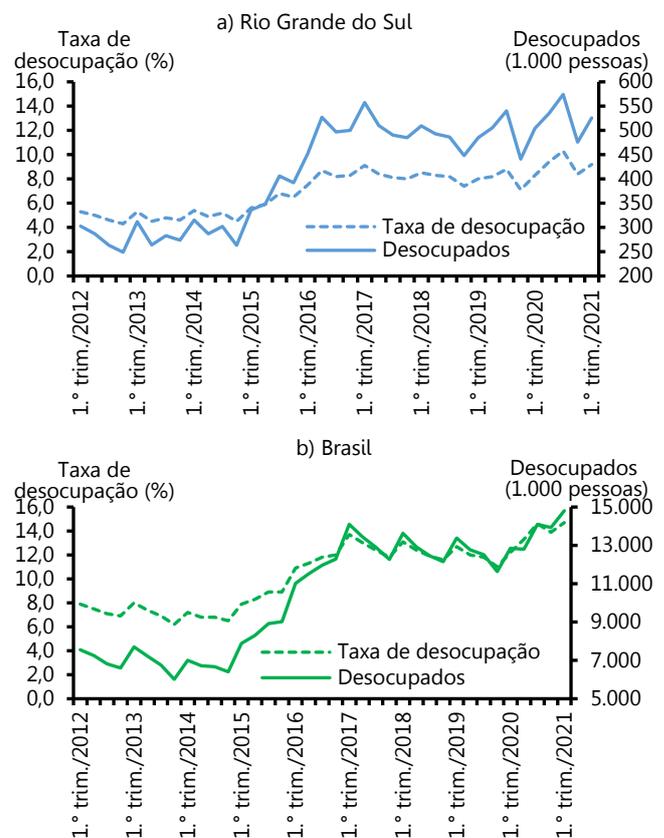


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Quanto à procura de trabalho, a taxa de desocupação (TD) no RS foi de 9,2% no 1.º trim./2021, enquanto

to havia sido de 8,4% no trimestre imediatamente anterior, configurando uma situação de estabilidade do indicador⁴, assim como do contingente de pessoas desocupadas (526 mil) — **Gráfico 3.a**. A comparação interanual desses dois indicadores no RS — taxa e contingente — também evidencia uma situação de estabilidade para ambos. No âmbito nacional, de forma distinta, a TD aumentou para 14,7% no 1.º trim./2021, frente aos 13,9% do 4.º trim./2020 e aos 12,2% do 1.º trim./2020 (**Gráfico 3.b**). Nessas referências comparativas, o contingente de desocupados no País registrou acréscimos de 880 mil e de cerca de 1,96 milhão de pessoas respectivamente. Tanto na comparação entre trimestres consecutivos quanto na interanual, o aumento da TD no País foi provocado exclusivamente pela redução do NO, uma vez que a TPFT ou se manteve inalterada ou teve queda, não pressionando o mercado de trabalho. Cabe, ainda, destacar que a TD no País, no 1.º trim./2021, passou a ser a mais elevada da série temporal da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

Gráfico 3 - Taxa de desocupação e contingente de desocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

² O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela população em idade de trabalhar, sendo expresso em termos percentuais.

³ Essa diferença é considerada sem significância estatística (IBGE, 2021b).

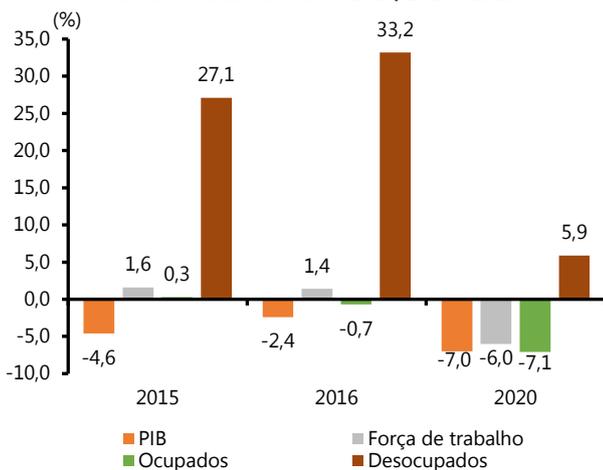
⁴ Essa diferença não tem significância estatística (IBGE, 2021b).

Box A - A desocupação no Rio Grande do Sul, na recessão de 2020

A recessão econômica no Rio Grande do Sul, em 2020, causada pela pandemia de Covid-19 e pela estiagem, teve impactos relevantes sobre o mercado de trabalho do Estado. O Produto Interno Bruto (PIB) do RS teve uma retração de 7,0% em 2020, o que provocou uma queda do contingente de ocupados de 7,1% (**Gráfico A**). Poder-se-ia esperar, como decorrência, um aumento muito acentuado do contingente de desocupados no RS: este registrou uma variação positiva de 5,9%, em 2020. Todavia, chama a atenção que esse aumento foi muito inferior ao observado na recessão econômica anterior, cujo período mais crítico para o mercado de trabalho se deu em 2015 e 2016: o contingente de desocupados, nesses dois anos, teve acréscimos de 27,1% e 33,2% respectivamente. Já a queda do PIB do Estado esteve distante da verificada em 2020: -4,6% em 2015 e -2,4% em 2016 (**Gráfico A**).

A pergunta que se coloca, então, é: **por que a desocupação não aumentou com uma intensidade muito maior no Estado na recessão econômica de 2020?** A sua resposta pode ser esboçada com as evidências que estão apresentadas no **Gráfico A**. De acordo com o que se pode nele constatar, o que atenuou o aumento da desocupação na recessão econômica de 2020 foi o comportamento da força de trabalho (FT), com uma retração de 6,0%, fenômeno não verificado em 2015 e 2016, uma vez que, neles, a FT registrou variações positivas de 1,6% e 1,4% respectivamente. Observe-se, ainda, que as variações dos contingentes de ocupados, em 2015 e 2016, foram muito mais modestas do que em 2020 (0,3% e -0,7% respectivamente), sendo, portanto, menos relevantes para explicar o aumento da desocupação naqueles anos. Assim, foi o comportamento singular da FT em 2020 — ou seja, a sua redução em 370 mil pessoas —, no contexto da pandemia de Covid-19, que fez com que não ocorresse um aumento muito mais expressivo da desocupação no RS. Essa retração da FT em 2020, durante a crise sanitária, foi, em alguma medida, possibilitada pela implementação, a partir do mês de abril, do Auxílio Emergencial — programa de transferência de renda do Governo Federal —, o qual permitiu que parte dos trabalhadores informais e da população mais vulnerável ficasse afastada do mercado de trabalho.

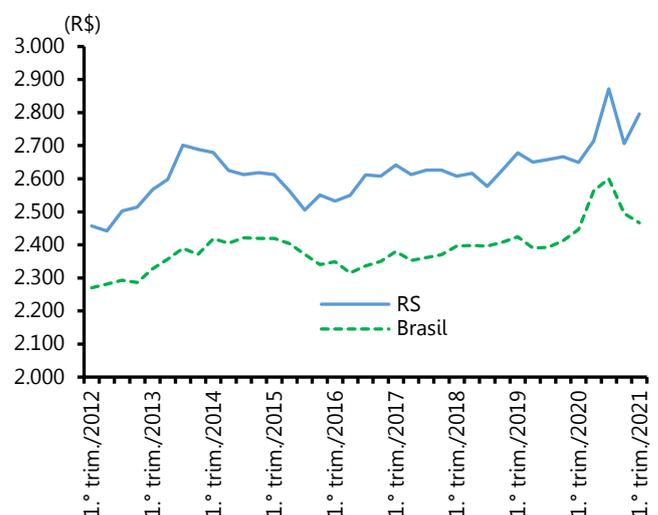
Gráfico A - Variações do Produto Interno Bruto (PIB), da força de trabalho e dos contingentes de ocupados e de desocupados no Rio Grande do Sul — 2015, 2016 e 2020



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2021).
PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

O rendimento médio real habitual, tanto no Estado quanto no País, havia passado por um processo de elevação até o 3.º trim./2020 e, no 4.º trim./2020, teve uma queda abrupta (-5,8%), que coincidiu com a recuperação parcial da taxa de informalidade naquele trimestre — ou seja, de um segmento ocupacional cujos rendimentos são mais baixos (BOLETIM DE TRABALHO..., 2021). No 1.º trim./2021, o rendimento médio real habitual evidenciou estabilidade no RS e no País, seja na comparação com o trimestre imediatamente anterior, seja ao ser cotejado com o mesmo trimestre de 2020 (**Gráfico 4**)⁵.

Gráfico 4 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

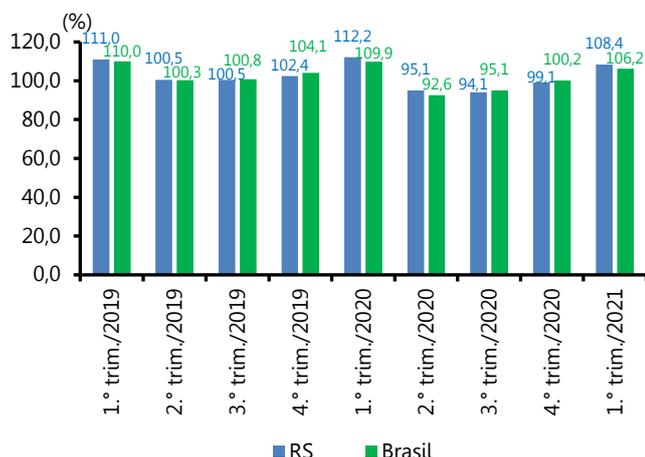
2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 1.º trim./2021.

O rendimento médio real efetivo tem uma maior capacidade de apreender a sazonalidade e os choques econômicos que incidem no curto prazo sobre o mercado de trabalho (CARVALHO, 2020). Pode-se observar, no **Gráfico 5**, em todos os trimestres de 2019, tanto no RS quanto no País, que o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual foi superior a 100,0%, algo que não se verificou em parte de 2020, devido à conjuntura econômica muito adversa dos seus dois primeiros trimestres. Nesse sentido, conforme se pode constatar no **Gráfico 5**, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no RS reduziu-se intensamente até o 3.º trim./2020, quando essa proporção atingiu 94,1%. Posteriormente, recuperou-se,

⁵ As oscilações do rendimento real habitual no 1.º trim./2021, tanto no RS quanto no País, são consideradas sem significância estatística (IBGE, 2021b).

situando-se em 108,4% no 1.º trim./2021. No plano do País, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual chegou a 92,6% no 2.º trim./2020; após, recuperou-se, passando para 106,2% no 1.º trim./2021.

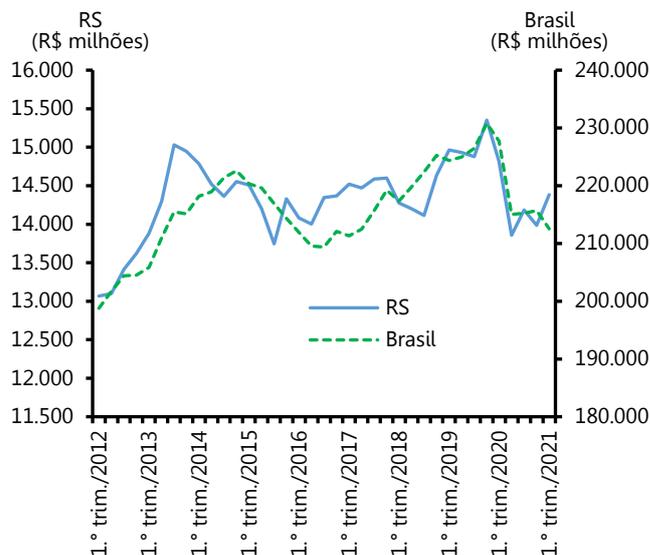
Gráfico 5 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2019-1.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).
Nota: Rendimento médio real do trabalho principal.

A massa de rendimento real habitual no Estado manteve-se estável no 1.º trim./2021, seja na comparação com o 4.º trim./2020, seja na comparação interanual (**Gráfico 6**)⁶. No País, a massa de rendimento real habitual permaneceu estável, na comparação do 1.º trim./2021 com o trimestre imediatamente anterior. Todavia, esse indicador, ao ser cotejado com o do 1.º trim./2020, registrou uma intensa queda (-6,7%), que foi determinada, principalmente, pela forte redução do contingente de ocupados no País, uma vez que a oscilação do rendimento médio real habitual foi sem significância estatística (IBGE, 2021b).

Gráfico 6 - Massa de rendimento real dos ocupados no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021a).
Nota: Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

Como **sumário** do desempenho do mercado de trabalho do RS no primeiro trimestre de 2021, cinco de seus principais indicadores — TPFT, NO, TD, rendimento médio real habitual e massa de rendimento real — evidenciaram estabilidade em relação ao trimestre imediatamente anterior. Já na comparação do primeiro trimestre de 2021 com o mesmo trimestre de 2020, não obstante o processo de recuperação que vem verificando-se na economia do Estado desde o terceiro trimestre do ano passado, dois desses cinco indicadores — a TPFT e o NO — ainda se encontravam em níveis bastante inferiores, enquanto os outros três ficaram estáveis.

⁶ As oscilações da massa de rendimento real habitual no RS, em ambas as referências comparativas, não tiveram significância estatística (IBGE, 2021b).

2 EVOLUÇÃO DA SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

Esta seção apresenta a evolução dos indicadores de subutilização da força de trabalho (SFT) no Rio Grande do Sul, no período do 1.º trim./2012 ao 1.º trim./2021, os quais são elaborados pelo IBGE com os dados da PNAD Contínua. Como referência comparativa para o Estado, utilizam-se os indicadores médios de SFT do País.

Os indicadores de SFT fazem parte de uma resolução da 19.ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), de 2013, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013). De acordo com essa resolução,

A subutilização da força de trabalho se refere à inadequação entre a oferta e a demanda, o que se traduz em situações de necessidade insatisfeita de trabalho em troca de remuneração ou benefícios à população (OIT, 2013, p. 10, tradução nossa).

O seu propósito é o de contribuir para medir e conhecer, de uma forma mais ampla, a SFT em diferentes circunstâncias econômicas.

Nesse sentido, a CIET estabeleceu três medidas de SFT, sendo a primeira delas já consagrada na produção de estatísticas do trabalho (OIT, 2013, p. 10): (a) a desocupação; (b) a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas; e (c) a força de trabalho potencial. A forma como essas medidas estão adotadas pela PNAD Contínua encontra-se descrita no **Quadro 1**. De maneira breve, a desocupação diz respeito às pessoas não ocupadas que exercem busca ativa por um posto de trabalho; a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas manifesta-se quando o tempo de trabalho das pessoas ocupadas é insuficiente em relação a situações ocupacionais alternativas por elas desejadas; e a força de trabalho potencial corresponde às pessoas não ocupadas, cujas circunstâncias limitam a sua busca ativa e/ou a sua disponibilidade para trabalhar — ou seja, são pessoas fora da força de trabalho, mas que têm o potencial para dela fazerem parte (OIT, 2013, p. 10).

Quadro 1 - Medidas de subutilização da força de trabalho na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

MEDIDAS	DESCRIÇÃO
Desocupados	São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas	São as pessoas que, na semana de referência, atendem as quatro condições abaixo: 1. tinham 14 anos ou mais de idade; 2. trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; 3. gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e 4. estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.
Força de trabalho potencial	A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos: I. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; II. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Fonte: IBGE (2016).

A partir dessas três medidas de SFT, a CIET elaborou quatro indicadores, os quais foram adotados pela PNAD Contínua e estão descritos no **Quadro 2** (OIT, 2013; IBGE, 2016).

Quadro 2 - Indicadores de subutilização da força de trabalho

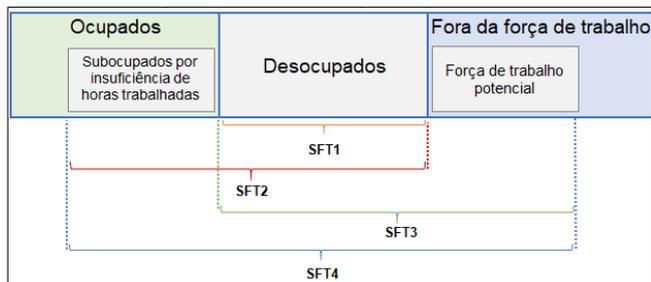
Indicador n.º 1 - taxa de desocupação
• $SFT1 = (\text{desocupados}/\text{força de trabalho}) \times 100$
Indicador n.º 2 - taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e da desocupação
• $SFT2 = [(\text{subocupados por insuficiência de horas} + \text{desocupados})/\text{força de trabalho}] \times 100$
Indicador n.º 3 - taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial
• $SFT3 = [(\text{desocupados} + \text{força de trabalho potencial})/\text{força de trabalho ampliada}] \times 100$
Indicador n.º 4 - taxa composta da subutilização da força de trabalho
• $SFT4 = [(\text{subocupados por insuficiência de horas} + \text{desocupados} + \text{força de trabalho potencial})/\text{força de trabalho ampliada}] \times 100$

Fonte: OIT (2013).

Nota: A força de trabalho ampliada corresponde à soma da força de trabalho com a força de trabalho potencial.

Como mencionado há pouco, o indicador SFT1 — **taxa de desocupação** — já era consagrado na produção de estatísticas do trabalho. A novidade encontra-se nos indicadores SFT2, SFT3 e SFT4 — **taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e da desocupação, taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial** e **taxa composta da subutilização da força de trabalho** respectivamente —, que permitem ampliar a medição e o conhecimento sobre a SFT. Isso pode ser também percebido pela inspeção visual da **Figura 1**, em que as medidas de SFT e os respectivos indicadores a partir delas derivados estão identificados. As áreas em cor cinza desse diagrama demarcam a SFT no interior da população em idade de trabalhar⁷.

Figura 1 - Composição da população em idade de trabalhar, segundo o status na força de trabalho e na subutilização da força de trabalho

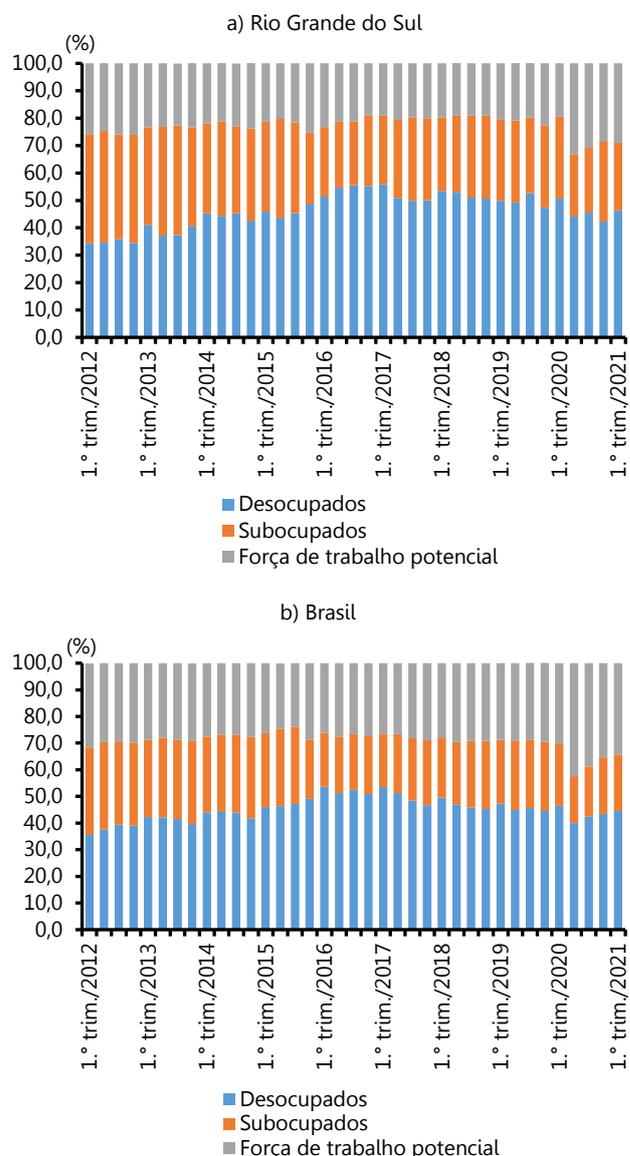


Fonte: Gammaro e Mathys (2018).

Partindo-se para o exame empírico da composição da SFT no RS, constata-se, no início do período, em 2012, que o segmento que nela detinha a maior parcela relativa era o de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (39,9%), seguido pelo de desocupados (34,3%) e pelo da força de trabalho potencial (25,8%) — **Gráfico 7.a**. Essa composição, todavia, modificou-se bastante ao longo do período, com o avanço do peso relativo dos desocupados, o qual chegou a atingir 55,9% da SFT no 1.º trim./2017. Já a força de trabalho potencial registrou a sua maior parcela relativa durante a pandemia de Covid-19, no 2.º trim./2020, quando foi de 33,2%, em movimento correlato à grande queda verificada na TPFT. No 1.º trim./2021, os desocupados representavam 46,3% da SFT, a força de trabalho potencial, 29,0%, e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, 24,7%. No âmbito nacional, de forma distinta do RS, desde o 1.º trim./2012 os desocupados detiveram a maior parcela relativa da

SFT (**Gráfico 7.b**). Estes chegaram, na conjuntura recessiva iniciada em 2014, a 53,7% da SFT no 1.º trim./2016. À semelhança do RS, também no País a parcela relativa da força de trabalho potencial na SFT atingiu a sua maior magnitude durante a pandemia de Covid-19, no 2.º trim./2020 (42,4%). Esse nível, todavia, é 9,2 pontos superior ao do Estado naquele trimestre, o que, em parte, captura o fato de que o RS tem, sistematicamente, maiores TPFT do que as do País, conforme se pode constatar na seção 1 deste boletim⁸.

Gráfico 7 - Composição da subutilização da força de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



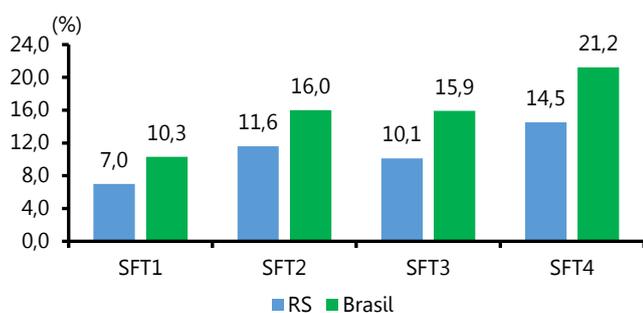
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

⁷ No caso da PNAD Contínua, a população em idade de trabalhar corresponde às pessoas de 14 anos de idade ou mais.

⁸ Para o período do 1.º trim./2012 ao 1.º trim./2021, a média da TPFT do RS foi 2,5 pontos percentuais superior à do País.

Para o período sob análise como um todo, é possível, por meio do **Gráfico 8**, ter uma noção de quão distintas são as magnitudes médias dos indicadores de SFT. Conforme nele se pode constatar, no RS, a diferença das médias de SFT1 e SFT4 é de 7,5 pontos percentuais, revelando uma SFT muito maior do que aquela circunscrita à desocupação. Em uma situação intermediária, as médias de SFT2 e SFT3 mostram-se, no RS, 4,6 e 3,1 pontos percentuais superiores à de SFT1. No País, a diferença entre os indicadores é ainda mais acentuada: a média de SFT4 é 10,9 pontos percentuais superior à de SFT1; já as médias de SFT2 e de SFT3 são 5,7 e 5,6 pontos percentuais maiores do que a de SFT1 respectivamente. Fica ainda muito claro, por meio da inspeção do **Gráfico 8**, que as médias dos indicadores de SFT no RS são bastante inferiores às médias por eles observadas no âmbito do País: -3,3 pontos percentuais no caso de SFT1, -4,4 pontos percentuais no de SFT2, -5,8 pontos percentuais no de SFT3 e -6,7 pontos percentuais no de SFT4. Como conjectura para explicar as diferenças nos níveis médios dos indicadores de SFT entre o RS e o País, favoráveis ao primeiro, aventa-se que essas estejam associadas com o fato de o Estado ter um mercado de trabalho mais estruturado, uma vez que possui uma das menores taxas de informalidade entre as unidades da Federação⁹.

Gráfico 8 - Média dos indicadores de subutilização da força de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

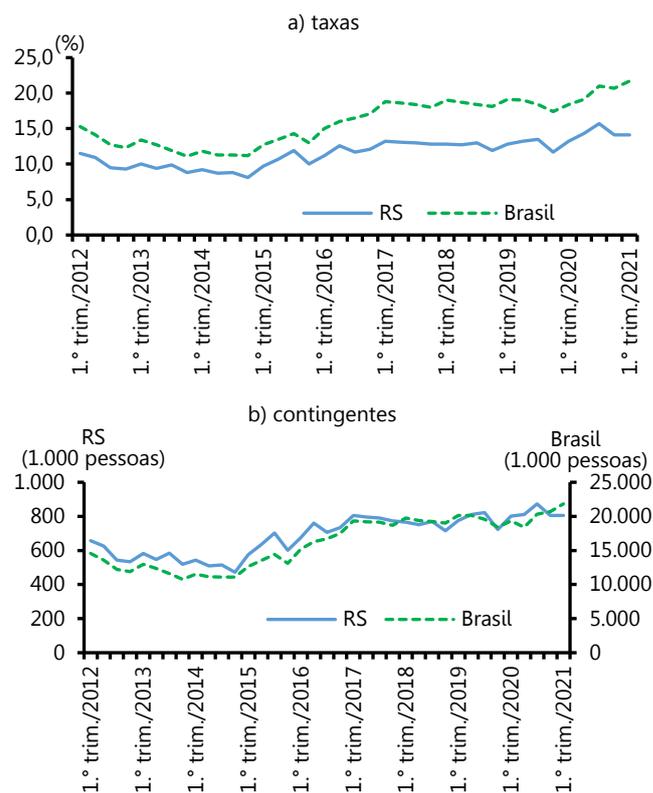
Quanto à evolução dos indicadores de SFT no período do 1.º trim./2012 ao 1.º trim./2021, o indicador SFT2 — **taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e da desocupação** —

⁹ Para corroborar esse argumento, no 1.º trim./2021, o RS tinha a quarta menor taxa de informalidade entre as unidades da Federação, o segundo menor SFT1, o terceiro menor SFT2 e os quartos menores SFT3 e SFT4.

¹⁰ Como o indicador **SFT1** — a **taxa de desocupação** — já foi exposto na seção 1 do Boletim, nesta seção ele será referido somente de forma circunstancial.

situou-se, no RS, em seu menor nível no 4.º trim./2014, quando foi de 8,1%, o que correspondia a 472 mil pessoas (**Gráfico 9**)¹⁰. É interessante perceber que, naquele trimestre, o Estado já havia ingressado em recessão econômica (BOLETIM DE CONJUNTURA..., 2019), o que sugere a compreensão de que o mercado de trabalho reage de forma defasada ao desempenho macroeconômico. Esse entendimento é reforçado pelo fato de o indicador SFT2 ter chegado ao seu nível máximo no 3.º trim./2020 (15,7%, com o correspondente contingente de 873 mil pessoas), uma vez que a economia do RS, naquele trimestre, havia saído da recessão¹¹. No âmbito nacional, o indicador SFT2 atingiu o seu nível mínimo no 4.º trim./2013 (11,1%), e o máximo no 1.º trim./2021 (21,7%), com o contingente de SFT nessa condição tendo passado de 10,8 milhões para 21,8 milhões de pessoas (**Gráfico 9**).

Gráfico 9 - Taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e da desocupação e contingentes de pessoas nessa condição, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021

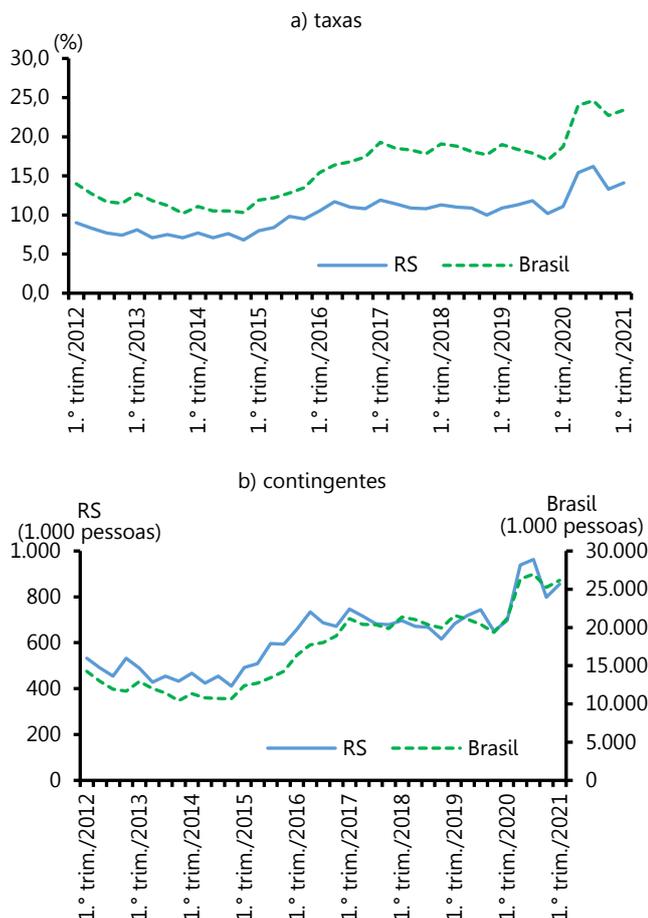


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

¹¹ Está-se utilizando aqui, para identificar o fim da recessão, a regra empírica de que, após dois trimestres consecutivos de queda, a série PIB do RS com ajuste sazonal registrou uma taxa de crescimento positiva no 3.º trim./2020.

O indicador SFT3 — **taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial** — também registrou, no RS, à semelhança de SFT2, os seus níveis mínimo (6,8%) e máximo (16,2%) no 4.º trim./2014 e no 3.º trim./2020, respectivamente, com contingentes de 411 mil e 963 mil pessoas (**Gráfico 10**). Esses acréscimos foram, portanto, mais acentuados do que os verificados em SFT2, como há pouco foi visto. No País, o nível mínimo de SFT3 ocorreu no 4.º trim./2013 (10,2%) — coincidindo com o de SFT2 —, enquanto o máximo se deu no 3.º trim./2020 (24,6%) — **Gráfico 10**. O contingente de pessoas nessa condição de SFT, no País, era de 10,4 milhões de pessoas no 4.º trim./2013 e de 26,9 milhões de pessoas no 3.º trim./2020. A coincidência de os níveis máximos de SFT3 no RS e no País terem se dado no 3.º trim./2020 deveu-se, pelo menos em parte, ao fato de que suas respectivas séries temporais da TPFT terem nele atingido, no contexto da pandemia de Covid-19, os seus menores patamares.

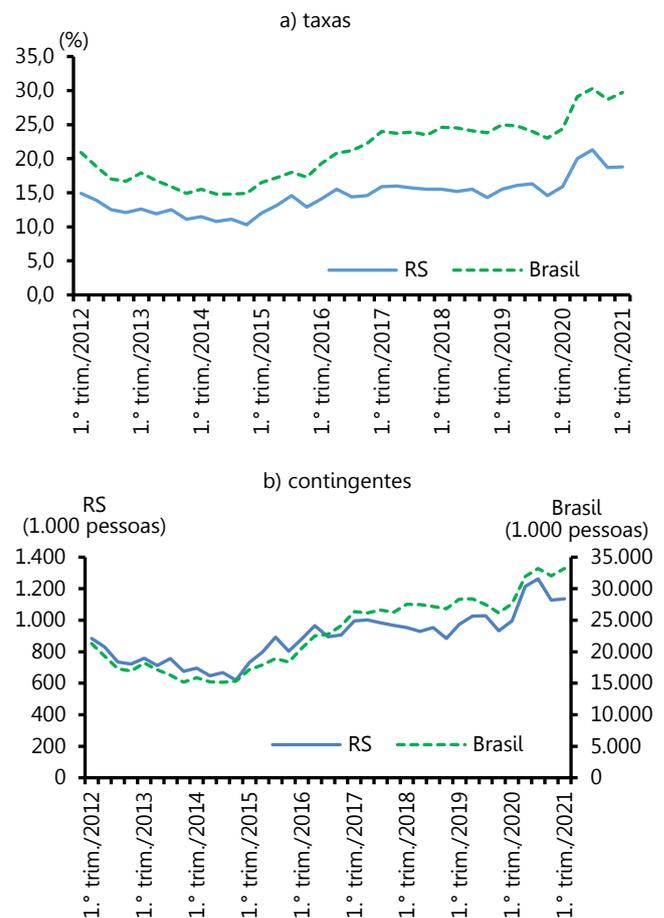
Gráfico 10 - Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial e contingentes de pessoas nessa condição, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Quanto à evolução do indicador SFT4 — **taxa composta da subutilização da força de trabalho**, o mais abrangente dos indicadores estabelecidos pela CIET da OIT —, conforme se pode constatar no **Gráfico 11**, este se situou no seu menor nível, no RS, no 4.º trim./2014 (10,3%), e no maior, no 3.º trim./2020 (21,3%). Comparando-se os dois trimestres, o contingente de indivíduos nessa condição de SFT no Estado havia passado de 619 mil para 1,26 milhão de pessoas. No que diz respeito ao País, o menor patamar de SFT4 foi verificado no 2.º trim./2014 (14,8%), e o maior, no 3.º trim./2020 (30,3%), com contingentes de cerca de 15,2 milhões e de 33,2 milhões de pessoas respectivamente (**Gráfico 11**). Chama a atenção, também, que o nível mínimo da série temporal de SFT4, tanto no RS quanto no País, era superior ao máximo da série temporal de SFT1, o que permite redimensionar o tamanho da subutilização da força de trabalho no plano estadual e nacional.

Gráfico 11 - Taxa composta da subutilização da força de trabalho e contingentes de pessoas nessa condição, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Buscando-se fazer um **sumário** da situação da subutilização da força de trabalho no Estado e no País, no período que se estende do 1.º trim./2012 ao 1.º trim./2021, no **Quadro 3** estão identificados os níveis mínimos e máximos globais dos seus quatro indicadores e os trimestres em que ocorreram. Para o RS, SFT2, SFT3 e SFT4 convergem para o 4.º trim./2014 como sendo aquele no qual a SFT era relativamente menos grave, uma vez que nele ocorreu o menor nível das suas respectivas séries temporais. Para o País, por um lado, SFT1, SFT2 e SFT3 convergem para o 4.º trim./2013 como aquele cuja situação do mercado de trabalho estava relativamente menos deteriorada, pois nele estavam localizados os menores níveis de suas respectivas séries temporais; por outro, SFT4 — o mais abrangente indicador de SFT — aponta o 2.º trim./2014 como ocupando essa posição. Quanto à situação mais adversa da SFT, no RS existe uma completa convergência: os maiores níveis das séries temporais dos quatro indicadores se deram no 3.º trim./2020, durante a pandemia de Covid-19. No âmbito nacional, os indicadores SFT3 e SFT4 tiveram os níveis máximos de suas respectivas séries temporais no 3.º trim./2020, enquanto, para SFT1 e SFT2, este foi no 1.º trim./2021. Reconhecendo-se o indicador SFT4 como aquele que mede de forma mais ampla a SFT, a situação mais adversa do mercado de trabalho do País, portanto, também se teria verificado no 3.º trim./2020.

Quadro 3 - Níveis mínimos e máximos globais dos indicadores de subutilização da força de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-1.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	SFT1		SFT2	
	RS	Brasil	RS	Brasil
Mínimos	4,3% (4.º trim./2012)	6,2% (4.º trim./2013)	8,1% (4.º trim./2014)	11,1% (4.º trim./2013)
Máximos	10,3% (3.º trim./2020)	14,7% (1.º trim./2021)	15,7% (3.º trim./2020)	21,7% (1.º trim./2021)
DISCRIMINAÇÃO	SFT3		SFT4	
	RS	Brasil	RS	Brasil
Mínimos	6,8% (4.º trim./2014)	10,2% (4.º trim./2013)	10,3% (4.º trim./2014)	14,8% (2.º trim./2014)
Máximos	16,2% (3.º trim./2020)	24,6% (3.º trim./2020)	21,3% (3.º trim./2020)	30,3% (3.º trim./2020)

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

3 A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL DE JANEIRO A MAIO DE 2021 E EM 12 MESES

O foco desta seção do Boletim é o desempenho do emprego formal no Estado e, acessoriamente, no País, nos cinco primeiros meses de 2021, bem como no acumulado dos 12 meses que se encerraram em maio último. Os resultados contrastam, uma vez mais, com o quadro geral do mercado de trabalho, analisado na seção anterior a partir da PNAD Contínua. A base estatística utilizada na presente seção é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Sua cobertura iniciou-se em janeiro de 2020 e trouxe uma série de modificações relativamente ao Caged, que vigeu por quase 30 anos. Sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia — após a extinção do Ministério do Trabalho, que, historicamente, produziu as bases de dados do emprego formal —, o Novo Caged redefiniu, ampliando-o, o espectro de vínculos de trabalho que abarca; consagrou uma nova sistemática de informação, pelos empregadores, dos registros administrativos de admissões e desligamentos de trabalhadores, que constituem o cerne dessa série estatística; implementou ajustes que se apoiam em outras fontes de dados para identificar e sanar eventuais distorções nas declarações dos empregadores; e alterou as formas de acesso aos resultados por parte de pesquisadores e da população interessada.

As inovações do Novo Caged são recentes e, embora gestadas anteriormente, deram-se a conhecer em um contexto fortemente atípico, marcado pela eclosão da pandemia de Covid-19 — que gerou instrumentos institucionais também novos (como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) — e pouco depois de uma reforma trabalhista de amplo impacto na regulação das relações de trabalho no País, com novas modalidades de contrato que se difundem sempre mais. Um debate aprofundado e que agregue todos os segmentos interessados é fundamental para o aprimoramento, eventuais ajustes e, mesmo, para a melhor compreensão e utilização da importante base de dados em que consiste o Novo Caged. As evidências que ela traz, por coligir informações que, por força de lei, devem ser prestadas por todos os empregadores do País, precisam ser conhecidas e analisadas, e é o que se faz na presente seção.

Tabela 1 - Saldos e variações do emprego formal nas unidades da Federação (UFs) e no Brasil — jan.-maio/2021 e jun./2020-maio/21

a) jan.-maio/2021

UFS	SALDO	VARIAÇÃO %	COLOCAÇÃO
Santa Catarina	111.357	5,15	1. ^a
Mato Grosso	37.853	5,12	2. ^a
Goiás	62.783	5,03	3. ^a
Mato Grosso do Sul	24.340	4,58	4. ^a
Tocantins	8.451	4,57	5. ^a
Acre	3.771	4,47	6. ^a
Paraná	103.432	3,77	7. ^a
Minas Gerais	153.143	3,69	8. ^a
Bahia	62.384	3,66	9. ^a
Piauí	10.340	3,49	10. ^a
Pará	26.365	3,43	11. ^a
Rio Grande do Sul	82.134	3,25	12. ^a
Espírito Santo	24.033	3,24	13. ^a
São Paulo	387.121	3,16	14. ^a
Maranhão	13.285	2,65	15. ^a
Roraima	1.518	2,63	16. ^a
Distrito Federal	19.017	2,38	17. ^a
Rondônia	5.292	2,19	18. ^a
Ceará	23.945	2,04	19. ^a
Amazonas	7.838	1,86	20. ^a
Rio Grande do Norte	7.798	1,80	21. ^a
Amapá	1.145	1,72	22. ^a
Rio de Janeiro	49.310	1,56	23. ^a
Pernambuco	13.022	1,05	24. ^a
Paraíba	4.117	0,99	25. ^a
Sergipe	-136	-0,05	26. ^a
Alagoas	-10.084	-2,86	27. ^a
Brasil	1.233.372	3,13	-

b) jun./2020-maio/2021

UFS	SALDO	VARIAÇÃO %	COLOCAÇÃO
Santa Catarina	222.245	10,84	1. ^a
Roraima	5.537	10,30	2. ^a
Tocantins	17.863	10,18	3. ^a
Pará	68.149	9,36	4. ^a
Mato Grosso	62.089	8,68	5. ^a
Amazonas	33.510	8,48	6. ^a
Maranhão	39.281	8,27	7. ^a
Acre	6.727	8,26	8. ^a
Espírito Santo	57.410	8,11	9. ^a
Goiás	98.138	8,10	10. ^a
Alagoas	25.007	7,86	11. ^a
Mato Grosso do Sul	40.357	7,83	12. ^a
Paraná	206.638	7,82	13. ^a
Minas Gerais	302.274	7,56	14. ^a
Ceará	83.318	7,48	15. ^a
Paraíba	29.159	7,44	16. ^a
Bahia	115.671	7,01	17. ^a
Rio Grande do Norte	28.460	6,91	18. ^a
Piauí	19.162	6,66	19. ^a
Pernambuco	74.318	6,32	20. ^a
São Paulo	744.317	6,26	21. ^a
Rio Grande do Sul	152.441	6,21	22. ^a
Rondônia	13.887	5,97	23. ^a
Amapá	3.555	5,55	24. ^a
Distrito Federal	32.045	4,07	25. ^a
Sergipe	9.775	3,71	26. ^a
Rio de Janeiro	92.344	2,96	27. ^a
Brasil	2.583.181	6,80	-

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2021b).

Nos primeiros cinco meses de 2021, o Brasil gerou, segundo o Novo Caged (BRASIL, 2021b), 1,2 milhão de vínculos formais de trabalho, um crescimento de 3,13% (**Tabela 1**). O Rio Grande do Sul produziu o quinto maior saldo positivo, entre as 27 unidades da Federação (UFs), acumulando 82.134 registros adicionais desde janeiro. À frente do RS, destacaram-se São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, em ordem decrescente. Apenas Sergipe e Alagoas enfrentaram redução no período — no primeiro caso muito próxima a zero (-136 vínculos); no segundo, beirando os 3%. Quando se consideram as variações percentuais do volume (ou estoque, na terminologia utilizada na base do Novo Caged) de empregos formais, a posição do Rio Grande do Sul no ordenamento das UFs cai para a 12.^a, com um percentual de 3,25%, ainda assim superior ao do agregado nacional no período. Os três destaques em expansão relativa do emprego, de janeiro a maio, foram Santa Catarina (5,15%), Mato Grosso (5,12%) e Goiás (5,03%).

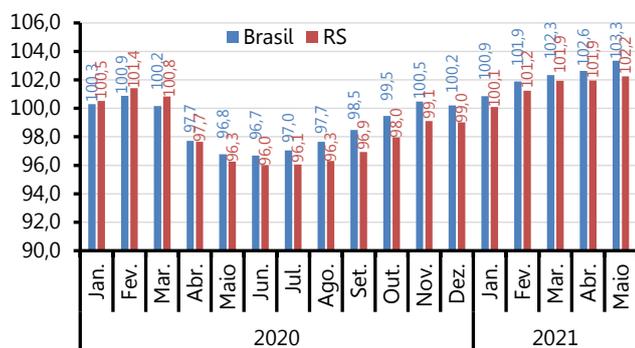
Os resultados acumulados em 12 meses (**Tabela 1**), que permitem isolar os efeitos das oscilações sazonais (particularmente indesejados quando se fazem comparações entre territórios e entre atividades econômicas distintas, já que cada um desses tem seu ciclo de atividade típico ao longo do ano), mostram o RS em uma situação menos favorável no ordenamento das UFs segundo o crescimento relativo do emprego formal: a 22.^a posição. É importante destacar que os percentuais nesse período são bastante expressivos, em todo o País: o Brasil, com 2,58 milhões de vínculos a mais nesse período, registrou um crescimento de 6,80%. O mercado formal gaúcho, entre junho de 2020 e maio de 2021¹², expandiu-se em 6,21% (com um acréscimo de 152.441 vínculos de trabalho) e só ultrapassou, sob esse critério da variação relativa, Rondônia, Amapá, Distrito Federal, Sergipe e Rio de Janeiro. Esta última UF, mesmo na última colocação, ostenta, ainda assim, uma elevação de quase 3%. Três estados alcançaram percentuais superiores a 10%: Santa Catarina, Roraima e Tocantins.

A dinamização do mercado formal de trabalho que esses percentuais de variação, isoladamente, sugerem, precisa ser observada com reservas: em primeiro lugar, os indicadores da PNAD Contínua discutidos na seção anterior, que abrangem o mercado de trabalho em seu conjunto, não referendam a percepção de uma conjuntura de expansão consistente; ademais, é importante reter que esse intervalo de 12 meses aqui considerado inicia-se em junho de 2020, vale dizer,

imediatamente após dois resultados mensais drasticamente negativos, tanto no nível nacional quanto no estadual. Entre abril e maio de 2020, o RS eliminou 113,5 mil empregos formais, na esteira da eclosão da pandemia. Após junho do ano passado (que teve resultado ainda negativo, com -6,8 mil postos), apenas em dezembro de 2020 voltou-se a registrar retração (de resto, coerente com a sazonalidade do mercado formal, no Estado e no País), de -2,0 mil vínculos, de modo que o Novo Caged indica uma gradativa recomposição, mas a intensidade sugerida pelos percentuais acumulados em 12 meses carrega, em alguma medida, o efeito estatístico da base de referência bastante atípica.

Como ilustra o **Gráfico 12**, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, o movimento de recuperação, após a violenta retração do emprego formal ocorrida entre abril e junho do ano passado, é continuado. Se cotejados à referência do início de 2020, por outro lado, os estoques atuais mostram-se superiores, mas em medida bem menos expressiva: 2,2%, no caso do Estado; 3,3%, no âmbito do País.

Gráfico 12 - Índices do emprego formal no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2020-maio/2021



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2021b).

Nota: O estoque estimado do final de dezembro de 2019 corresponde à base do índice = 100.

3.1 O COMPORTAMENTO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

No Rio Grande do Sul, nos últimos 12 meses, os 152,4 mil vínculos adicionais de trabalho formal tiveram forte participação da indústria (**Tabela 2**), responsável por 65,4 mil deles, ou 42,9%, participação bem superior à que o setor ostentava, ao final do período,

na estrutura setorial do emprego captado pelo Novo Caged (26,5%). Com esse desempenho, o contingente contratado pelo setor teve a mais alta variação de seu estoque, 10,4%. A indústria de transformação (IT), que representa mais de 95% do emprego industrial¹³, alcançou percentual ainda mais elevado de crescimento (10,9%), concentrando 64,7 mil dos postos gerados.

Tabela 2 - Saldos e variações do emprego formal, segundo setores de atividade, no Rio Grande do Sul — jan.-maio/2021 e jun./2020-maio/2021

SETORES	JAN-MAIO/2021		JUN/2020-MAIO/2021	
	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %
Agropecuária	3.119	3,8	4.084	5,0
Comércio	10.452	1,7	40.569	6,9
Construção	2.792	2,1	7.905	6,3
Indústria	40.860	6,3	65.431	10,4
Serviços	24.911	2,4	34.452	3,3
Total	82.134	3,3	152.441	6,2

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2021b).

A segunda maior expansão, tanto em número de vínculos quanto em variação percentual, registrou-se no comércio. O setor aumentou em 6,9% a sua força de trabalho formal, com 40,6 mil vínculos adicionais — uma participação de 26,6% no saldo positivo gerado em 12 meses no RS, bastante próxima ao peso do comércio na distribuição setorial do emprego (24,1%, em maio último, segundo o Novo Caged).

Os serviços, que, juntamente com o comércio, sofreram as mais drásticas retrações no momento mais agudo da eclosão da pandemia (BOLETIM DE TRABALHO..., 2020), vêm ainda mostrando uma cadência bem mais tímida, em sua recuperação. Esse setor, que é o maior empregador do Estado (40,9% do estoque do Novo Caged, em maio último), gerou apenas 22,6% do saldo dos últimos 12 meses, com 34,5 mil vínculos adicionais. Sua variação, no período, foi a menos expressiva (3,3%), nessa abertura em cinco setores de atividade econômica.

A agropecuária e a construção civil, que detêm menores parcelas do mercado formal de trabalho (3,3% e 5,1%, respectivamente, no estoque de maio de 2021 estimado pelo Novo Caged), tiveram crescimentos de 5,0% e 6,3%. No caso da agropecuária, o desempenho relativo foi inferior ao do emprego formal gaúcho em

¹² Os dados mensais do Novo Caged registram os saldos (admissões menos desligamentos) **ao longo** daquele período, bem como o estoque estimado **ao final** dele. Desse modo, por exemplo, quando se acumulam os saldos de **junho** de 2020 a maio de 2021, isso equivale a comparar os estoques de (31 de) **maio** de 2020 com os de (31 de) maio de 2021.

¹³ Além da indústria de transformação, o setor indústria abrange eletricidade e gás; água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; e indústrias extrativas.

seu conjunto; já a construção praticamente igualou os 6,2% do Estado.

Com a devida advertência já registrada quanto ao potencial de distorção que a sazonalidade pode impor a análises de seções de um ciclo anual, faz-se uma breve menção aos resultados acumulados neste ano de 2021 (**Tabela 2**). A predominância da indústria na geração de vínculos formais é ainda mais clara nesse intervalo: foram 6,3% de variação no período (enquanto o conjunto dos setores atingiu 3,3%), com uma participação de 49,7% no saldo — superando os 42,9% observados nos 12 meses encerrados em maio. O segundo melhor desempenho relativo foi o da agropecuária, com 3,8% de expansão (representando, no entanto, idênticos 3,8%, apenas, do volume de postos adicionado no Estado). O aspecto mais interessante na comparação desses dois recortes de tempo encontra-se nos segmentos terciários: no acumulado de 2021, os serviços mostram mais fôlego do que o comércio, diferentemente do que se observou no intervalo de 12 meses. De janeiro a maio deste ano, os serviços elevaram em 2,4% o seu contingente, enquanto o comércio, 1,7%. As participações no saldo geral do mercado formal, desta vez, invertem sua ordem de grandeza: 30,3% e 12,7% respectivamente. Parece, assim, que os serviços partem mais recentemente para a recuperação das severas perdas enfrentadas em 2020.

Dada a relevância da IT no desempenho do emprego formal do Estado nos últimos 12 meses, analise-se, a seguir (**Tabela 3**), o comportamento de seus segmentos, na classificação do IBGE em divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Os maiores crescimentos absolutos ocorreram, como seria de se esperar, em segmentos com importante participação na estrutura industrial do RS. Em primeiro lugar, a fabricação de máquinas e equipamentos, com 10,5 mil dos 64,7 mil vínculos gerados na it (16,2%); a seguir, a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (9,3 mil, ou 14,3%); logo após, a fabricação de produtos alimentícios (7,4 mil, ou 11,4%); em quarto lugar, a preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (7,0 mil, ou 10,9%). Os dois primeiros segmentos, ligados à metalmecânica, detinham, conjuntamente, pouco menos de 19% do emprego formal da IT gaúcha em maio último, mas responderam por 30,5% dos vínculos formais adicionais gerados nesses 12 meses, o que demonstra sua expansão relativa. Os outros dois, acima destacados, tiveram crescimentos absolutos relevantes, mas sua participação no saldo positivo da IT foi inferior

à fatia que detêm na estrutura industrial. A fabricação de alimentos, que detém 21,1% do emprego setorial, representou apenas 11,4% do crescimento dos vínculos; no caso do segmento coureiro-calçadista, a discrepância é menor: 14,0% e 10,9% respectivamente.

Tabela 3 - Estoque, saldo e variação do emprego formal, segundo as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), na indústria de transformação do Rio Grande do Sul — jun./2020-maio/2021

DIVISÕES DA CNAE (somente indústria de transformação)	ESTOQUE EM MAIO/21	SALDO EM JUN/20-MAI/21	PARTICIPAÇÃO		VARIÇÃO JUN/2020-MAIO/2021 (%)
			Estoque em Maio/2021	Saldo em Jun./2020-Maio/2021	
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	4.204	2.862	0,6	4,4	213,3
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	11.020	2.064	1,7	3,2	23,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	65.380	10.493	9,9	16,2	19,1
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	59.177	9.263	9,0	14,3	18,6
Fabricação de produtos de madeira	16.271	2.384	2,5	3,7	17,2
Metalurgia	9.578	1.378	1,5	2,1	16,8
Fabricação de móveis	36.850	4.890	5,6	7,6	15,3
Fabricação de produtos têxteis	8.792	1.080	1,3	1,7	14,0
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	39.682	4.835	6,0	7,5	13,9
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	19.734	2.383	3,0	3,7	13,7
Fabricação de produtos do fumo	15.879	1.615	2,4	2,5	11,3
Fabricação de produtos diversos ...	15.010	1.385	2,3	2,1	10,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11.571	968	1,8	1,5	9,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	10.964	860	1,7	1,3	8,5
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	92.610	7.042	14,0	10,9	8,2
Impressão e reprodução de gravações	6.334	421	1,0	0,7	7,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	19.592	1.298	3,0	2,0	7,1
Fabricação de bebidas	7.613	467	1,2	0,7	6,5
Fabricação de produtos químicos	18.198	1.067	2,8	1,6	6,2
Fabricação de produtos alimentícios	139.284	7.388	21,1	11,4	5,6
Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos	2.186	98	0,3	0,2	4,7
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	9.151	364	1,4	0,6	4,1
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.059	25	0,3	0,0	1,2
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	39.115	97	5,9	0,1	0,2
Total	660.254	64.727	100,0	100,0	10,9

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2021b).

Consideradas todas as divisões da CNAE (**Tabela 4**), independentemente do setor de atividade, o mais expressivo número de vínculos formais de trabalho adicionais, nos 12 meses que se encerraram em maio de 2021, foi gerado pelo comércio varejista (28,6 mil); em

segundo lugar, pelas atividades de atenção à saúde humana (12,1 mil); em terceira e quarta posições, os dois segmentos da IT acima apresentados com os maiores saldos setoriais, ambos da metalmecânica; e, na quinta colocação, o outro dos principais segmentos do comércio, o atacadista (8,9 mil vínculos).

Tabela 4 - Estoques, saldos e variações percentuais do emprego formal, segundo as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com os saldos extremos, no Rio Grande do Sul — jun./2020-maio/2021

DIVISÕES SELECIONADAS DA CNAE	ESTOQUE EM MAIO/2021	SALDO EM JUN/2020-MAIO/2021	VARIAÇÃO %
Comércio varejista	458.027	28.576	6,7
Atividades de atenção à saúde humana	166.580	12.140	7,9
Fabricação de máquinas e equipamentos	65.380	10.493	19,1
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	59.177	9.263	18,6
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas (...)	109.651	8.896	8,8
Transporte terrestre	120.384	-1.113	-0,9
Alimentação	72.892	-1.740	-2,3
Educação	99.416	-2.743	-2,7

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2021b).

Das 87 divisões da CNAE, 23 encerraram esse período de 12 meses com perdas líquidas em seus contingentes de trabalhadores formais. Vinte integram o setor serviços e três são industriais, mas não compõem a IT. A maior retração absoluta ocorreu na educação (-2,7 mil vínculos de emprego, ou -2,7% do estoque inicial); seguem-se, por esse critério, o segmento terciário da alimentação (-1,7 mil, ou -2,3%) e o transporte terrestre (-1,1 mil, ou -0,9%). Se o ordenamento toma a variação percentual dos estoques de emprego, no período (**Tabela 5**), os resultados mais adversos cabem a segmentos de menor expressão no emprego formal total: atividades artísticas, criativas e de espetáculos (-18,2%, ou -122 vínculos); atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental (-17,6%, ou -27); transporte aéreo (-15,7%, ou -359); e agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (-15,4%, ou -522).

Tanto nas divisões com melhores resultados, em que a saúde se destaca, quanto, especialmente, nesse rol das atividades que ainda amargam saldos negativos — nos 12 meses (junho de 2020 a maio de 2021) que se iniciam **após** os dois piores meses do ano passado —, reconhecem-se facilmente os intensos efeitos deletérios da pandemia de Covid-19, que restringiu dramaticamente as interações presenciais entre as pessoas, penalizando de forma muito particular as

atividades terciárias, tanto aquelas ligadas ao lazer e à cultura como, até mesmo, as ocupações ligadas à educação.

Tabela 5 - Estoques, saldos e variações percentuais do emprego formal, segundo as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com variações percentuais extremas, no Rio Grande do Sul — jun./2020-maio/2021

DIVISÕES SELECIONADAS DA CNAE	ESTOQUE EM MAIO/2021	SALDO EM JUN/2020-MAIO/2021	VARIAÇÃO %
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	549	-122	-18,2
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	126	-27	-17,6
Transporte aéreo	1.922	-359	-15,7
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas (...)	2.868	-522	-15,4
Atividades veterinárias	1.110	214	23,9
Esgoto e atividades relacionadas	553	121	28,0
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	3.753	1.056	39,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	4.204	2.862	213,3

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2021b).

3.2 A VARIAÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO ATRIBUTOS SELECIONADOS DOS TRABALHADORES

Como já vem sendo mostrado nas edições mais recentes deste Boletim, o Novo Caged aponta, desde 2020, algumas tendências nítidas quanto ao perfil dos trabalhadores que têm obtido melhores resultados no mercado formal de trabalho gaúcho. Elas reaparecem quando se analisam os dados do acumulado dos 12 meses encerrados em maio de 2021 e se enfocam aqueles atributos pessoais disponíveis na plataforma de acesso a base estatística (**Tabela 6**).

Como já foi referido, nesse período, o Estado produziu um adicional de 152.441 vínculos legalizados de emprego. Desses, 56,8% foram ocupados por homens; os restantes 43,2%, por mulheres. Essa desproporção da força de trabalho feminina é semelhante, mas um pouco superior, à que se observava no final de 2019, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2021a), outra base estatística também gerada pelo Ministério da Economia (e, anteriormente, pelo Ministério do Trabalho). Naquele momento, do total de empregados formais do RS, 46,2% eram mulheres. Desse modo, o comportamento observado nesses últimos 12 meses disponíveis do Novo Caged reproduz, até mesmo com moderada intensificação, um padrão

de desigualdade de acesso das mulheres aos empregos formais. Por outro lado, a predominância masculina no mercado formal de trabalho, tomada a partir desse parâmetro da RAIS de 2019, era bastante simétrica à proporção de homens na força de trabalho: segundo a PNAD Contínua, no 4.º trim./2019, as mulheres representavam 46,3% da população economicamente ativa do RS. Pode-se inferir que os fatores sociais que inibem uma participação equitativa se colocam mais no ingresso no mercado de trabalho do que no acesso aos empregos formais. Adicionalmente, a série temporal da RAIS mostra uma tendência de paulatina diminuição da diferença de proporções entre os sexos dos empregados, mesmo que com oscilações nessa trajetória.

Tabela 6 - Saldo do emprego formal, segundo atributos dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul — jun./2020-maio/2021

DISCRIMINAÇÃO	SALDO EM JUN/2020-MAIO/2021	PARTICIPAÇÃO % NO SALDO
SEXO		
Homens	86.586	56,8
Mulheres	65.855	43,2
Total	152.441	100,0
ESCOLARIDADE		
Analfabeto	621	0,4
Fundamental incompleto	7.506	4,9
Fundamental completo	7.881	5,2
Médio incompleto	20.561	13,5
Médio completo	97.539	64,0
Superior incompleto	12.404	8,1
Superior completo	5.929	3,9
Total	152.441	100,0
FAIXA ETÁRIA		
Até 17 anos	25.272	16,6
De 18 a 24 anos	84.543	55,5
De 25 a 29 anos	25.938	17,0
De 30 a 39 anos	26.061	17,1
De 40 a 49 anos	12.006	7,9
De 50 a 64 anos	-16.088	-10,6
65 ou mais	-5.291	-3,5
Total	152.441	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2021b).

Tomando-se o perfil etário, há uma discrepância muito mais acentuada na pirâmide dos trabalhadores que dominaram as contratações dos 12 meses encerrados em maio último, com relação à distribuição dos empregados formais do Estado. Recorrendo-se uma vez mais à referência à RAIS do final de 2019, observa-se que os trabalhadores com menos de 30 anos em atividade no Estado representavam, em seu conjunto, 28,6% do total. Pois, tomando-se agora o Novo Caged e o acumulado de junho de 2020 a maio de 2021, constata-se que essa ampla faixa etária concentrou nada menos do que 89,1% dos vínculos adicionais de

trabalho formal no RS. Restringindo-se o intervalo para o segmento de indivíduos entre 18 e 24 anos, constata-se que sua participação no saldo do Novo Caged ultrapassou a metade (55,5%), o que contrasta radicalmente com a parcela de 13,9% que eles ostentavam na RAIS de 2019. Os empregados com 50 anos ou mais, por sua vez, tiveram, nos 12 meses aqui analisados, retração de 21,4 mil vínculos — isso em um contexto de expansão de mais de 6% do emprego formal. Seu peso na estrutura etária do mercado formal, no Estado, era de 19,5%, de acordo com a RAIS (bastante superior, como se vê, ao da faixa de 18 a 24 anos, tão largamente priorizada nas contratações recentes).

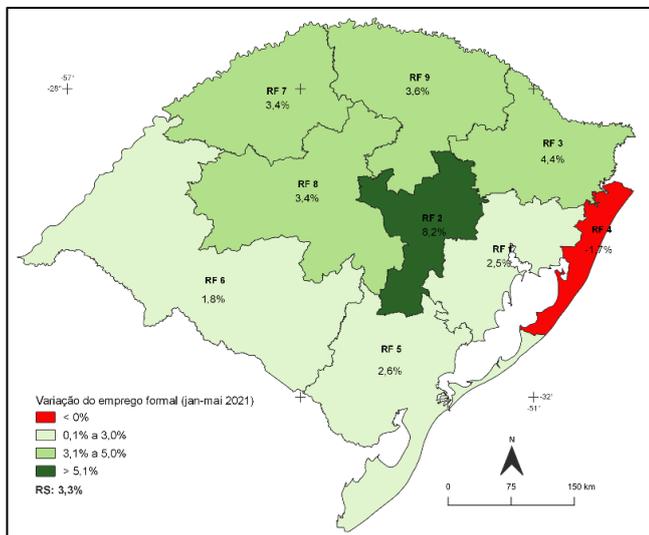
Por fim, a escolaridade amplamente majoritária no saldo do emprego formal desses 12 meses encerrados em maio último foi o ensino médio completo (64,0%). Esse era, também, o segmento com maior participação na estrutura da RAIS de 2019 (43,9%). Naquela base de dados e naquele momento, a soma de trabalhadores com ensino superior incompleto e completo atingia 27,4%. Diferentemente, no emprego adicional acumulado pelo Novo Caged, entre junho de 2020 e maio de 2021, esses dois níveis de escolaridade, conjuntamente, limitaram-se a 12,0%. O cômputo geral dos indivíduos com menos do que ensino médio completo, complementarmente, limitou-se a 24,0% desse contingente que se somou ao mercado formal gaúcho no período recente, percentual inferior aos 28,7% que detinha na RAIS de 2019.

3.3 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

Os resultados do Novo Caged, publicados também por município, possibilitam que se componha a regionalização do Rio Grande do Sul em suas nove Regiões Funcionais (RFs) — unidade utilizada pelo poder público e por outros atores sociais para planificar políticas que contemplem a diversidade das realidades territoriais presentes no Estado. A plataforma do Ministério da Economia não permite avançar muito a análise para além dos estoques e variações do emprego formal total, razão pela qual não se empreenderá aqui um exame do desempenho setorial dos mercados regionais de trabalho, entre outras dimensões de potencial interesse. De qualquer modo, para as dimensões deste boletim, o cotejo dos resultados agregados permite traçar um quadro dos principais contrastes e convergências da dinâmica recente do emprego nesses espaços.

Considerando-se, primeiramente, os cinco primeiros meses de 2021, constata-se uma considerável dispersão na variação do emprego formal, segundo as RFs (**Mapa 1**).

Mapa 1 - Variação acumulada do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jan.-maio/2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

De imediato, chama a atenção o desempenho negativo de uma única RF, a RF4, do Litoral Norte, que perdeu 1,7% dos vínculos formais de trabalho nesses cinco meses iniciais de 2021. O padrão de sazonalidade da região, em anos de normalidade sanitária, justifica essa tendência de retração, uma vez que a RF4 — a menor entre as nove, com 2,2% de participação no mercado formal de trabalho gaúcho, em maio último — costuma experimentar um forte aumento de sua população residente nos últimos meses de cada ano, ao qual se segue um movimento de retração, notadamente com o término do verão. As contratações temporárias costumam concentrar-se no final de cada ano; no primeiro quadrimestre, é tradicional a retração. Mesmo durante a pandemia de Covid-19, que abrange esse intervalo de tempo, esse padrão parece ter-se verificado.

O destaque positivo no período, a RF2, replica, inversamente, os efeitos das oscilações sazonais. Abarcando os Vales do Taquari e do Rio Pardo, a região tem como principais municípios Santa Cruz do Sul, Lajeado e Venâncio Aires, e sua economia tem nas atividades fumageiras um importante pilar. Esse segmento produtivo tem, também, um ciclo de grande oscilação cíclica ao longo do ano, e suas admissões concentram-se nos primeiros meses do ano, sendo gradual o seu posterior enxugamento. Os vínculos formalizados de trabalho cresceram 8,2% na RF2, de janeiro a maio, na

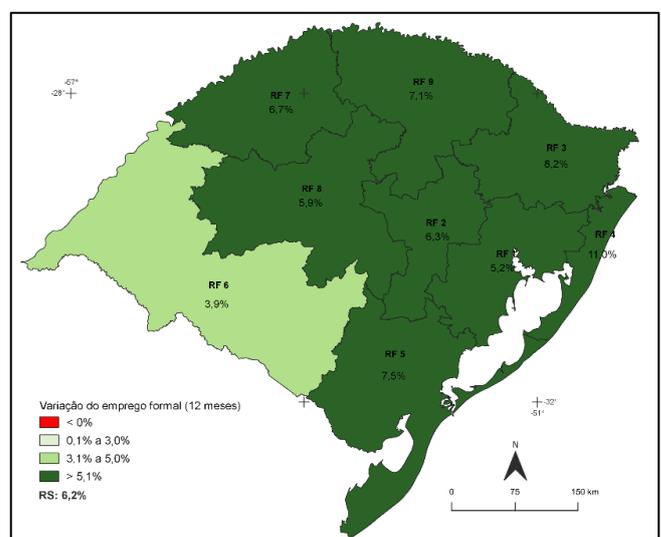
comparação com o início de 2021 — percentual cerca de 2,5 vezes superior ao atingido pelo conjunto do RS (3,3%).

Quando se tomam as outras sete RFs, a dispersão dos comportamentos é significativamente menor, todas com crescimentos que variaram entre 1,8%, na RF6, da Fronteira Oeste e Campanha, e 4,4%, na RF3, serrana. Esta última é a região em que a indústria tem maior peso, historicamente, na estrutura do emprego, e o bom desempenho do setor, conforme foi visto anteriormente, tende a se associar ao resultado favorável do mercado de trabalho formal da Serra. A RF6, inversamente, é uma das menos industrializadas (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

A RF1, que abriga a Região Metropolitana de Porto Alegre, representou, sozinha, 45,8% do emprego formal estimado para o RS pelo Novo Caged, em maio último. Seu caráter marcadamente terciário e a capacidade ainda escassa dos serviços de gerarem postos formais de trabalho ajudam a compreender esse desempenho abaixo do resultado estadual. De resto, há uma tendência de longo prazo de gradual diminuição da concentração do emprego no entorno da Capital.

O intervalo de 12 meses encerrados ao final de maio último, não surpreendentemente, proporciona uma convergência bem maior dos resultados regionais (**Mapa 2**), uma vez que, ao cobrir um ciclo anual completo, elimina a influência da sazonalidade, a qual incide diferentemente em cada um desses territórios em função da heterogeneidade de suas estruturas produtivas.

Mapa 2 - Variação acumulada do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jun./2020-maio/2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Isolado esse fator, a região que apareceu, acima, com o pior desempenho (o único negativo) nos últimos cinco meses disponíveis, a RF4, inverte sua posição e ostenta a mais elevada variação no número de vínculos formais de trabalho, aproximando-se de duplicar o percentual obtido pelo Estado em seu conjunto: 11,0%, *versus* 6,2%. Apenas como uma hipótese a ser pesquisada posteriormente é de se considerar que o imperativo de isolamento social, trazido pela emergência sanitária, e a possibilidade ampliada de trabalho remoto, para muitos trabalhadores, tenham favorecido um movimento de deslocamento de contingentes consideráveis de gaúchos para o Litoral, onde muitas famílias mantêm uma segunda residência, voltada, originalmente, para períodos curtos de lazer, concentrados no verão. Essa densificação demográfica excepcional dos municípios litorâneos teria, nesse caso, dinamizado o mercado de trabalho regional, fomentando esse desempenho.

A posição menos favorável, nos 12 meses, é a da RF6, que havia ficado com o segundo pior desempenho no recorte de janeiro a maio deste ano. Também se repetem o resultado relativamente fraco da RF1, desta vez na segunda pior colocação, e a *performance* destacada da Serra (RF3), novamente com a segunda mais elevada variação. Com essa referência temporal, no entanto, a liderança é da RF4, como se viu, possivelmente devido ao quadro sanitário excepcional, ao passo que a RF2 — que, no intervalo de cinco meses, devia sua primeira posição ao comportamento sazonal de sua estrutura produtiva —, se encontra, no acumulado de 12 meses, em uma colocação intermediária, tendo apresentado variação muito próxima à do agregado do Estado (6,3%).

Com uma recuperação que contrasta com outros indicadores socioeconômicos e especialmente com as tendências captadas pela PNAD Contínua, o Novo Caged registra uma expansão do emprego formal brasileiro e gaúcho, seja no acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, seja nos 12 meses que se encerraram em maio último. O Estado sai-se melhor na comparação com as outras UFs, obtendo a quinta colocação, quando o recorte temporal se restringe ao ano em curso — apoiado em uma tendência sazonal que aquece o mercado de trabalho gaúcho nos primeiros meses do ano. Quando se toma o ciclo anual completo, fica na 22.^a posição. Entre outros fatores, os efeitos da estiagem de 2020 contaminam, ainda, o desempenho do RS neste recorte temporal.

A indústria de transformação tem sido um decisivo esteio do comportamento do emprego formal gaúcho, enquanto o comércio e os serviços, mesmo já apontando recuperação, crescem mais timidamente, após as severas perdas sofridas, especialmente no momento inicial da pandemia de Covid-19, no segundo trimestre de 2020. Dentre os segmentos que mais contribuíram para a expansão do número de vínculos formais de emprego, encontram-se alguns de bastante solidez e tradição na estrutura produtiva do Estado, vinculados à metalmeccânica.

O crescimento do emprego no Estado beneficiou em maior proporção os trabalhadores homens, os indivíduos com escolaridade correspondente ao ensino médio completo e, muito intensamente, as faixas etárias mais jovens.

No acumulado de 12 meses, todas as Regiões Funcionais apresentaram taxas significativas de expansão dos seus mercados formais de trabalho — tendo partido de uma base bastante atípica, já que os dois meses de mais drástica retração do emprego, em 2020, foram abril e maio, e se toma agora o intervalo iniciado em junho do ano passado. A região com menor crescimento, a RF6 (Fronteira Oeste e Campanha), atingiu uma variação de 3,9%, ao passo que aquela que liderou esse ordenamento, a RF4 (o Litoral Norte), alcançou um percentual quase três vezes superior, de 11,0%. O Estado, em seu conjunto, registrou um aumento de 6,2%.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SEPLAG/DEE, v. 1, n. 1, out. 2019. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/publicacoes-antiores-5e331e910901d>. Acesso em: 25 out. 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 3, n. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/21144546-boletim-de-conjuntura-abril-de-2021.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 3, out. 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 3, n. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/13172400-boletim-de-trabalho-do-rs-v-3-n-1-abr-2021-1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Base Estatística RAIS**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2021a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Estatísticas mensais do emprego formal**: novo CAGED: maio de 2021. [Brasília, DF]: Ministério da Economia, 2021b. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Mai2021/2-apresentacao.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

CARVALHO, S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de setembro. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 49, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201102_nota_10_microdados_setembro.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

GAMMARANO, R; MATHYS, Q. **Avoiding unemployment is not enough**: an analysis of other forms of labour underutilization. [Geneva]: International Labour Organization, 2018. (Spotlight on Work Statistics, n. 4). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_644467.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes: jan.-mar. 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. (Indicadores IBGE). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_1tri.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua** – Quadro sintético — 1.º trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2021/pnad_c_202101_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 27 maio 2021.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **Estrutura e evolução do emprego formal no RS e suas Regiões Funcionais (2003-17)**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2019. (Nota Técnica, n. 7).

Disponível em:

<https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202003/03181050-nt-emprego-formal.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre:

SPGG/DEE, 2021. Disponível em:

<https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 10 jun. 2021.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

planejamento.rs.gov.br